

Estagnação econômica, descontrolado dos gastos públicos e deficiência de infra-estrutura: o caso do Rio Grande do Sul*

André de Azevedo
Sérgio Monteiro***
Marcelo S. Portugal******

Neste trabalho, procuramos analisar o comportamento da participação da economia gaúcha no PIB brasileiro. Os dados deixam claro que existe uma tendência de redução dessa participação entre 1970 e 1994. Tentamos ainda mostrar que um dos fatores decisivos para explicar esse fenômeno é o descontrolado das finanças públicas do Estado, que se associa à falta de investimentos públicos em infra-estrutura. Apesar de a recente crise financeira do setor público no Brasil ser generalizada, em alguns estados, como é o caso do Paraná, a situação é relativamente melhor, permitindo, assim, a manutenção da qualidade dos serviços públicos de infra-estrutura e, conseqüentemente, aumentando a competitividade do estado na atração de investimentos.

* Trabalho realizado para a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul). As idéias contidas neste trabalho são de responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a posição da Federasul.

** Assessor econômico da Federasul, Mestrando em Economia na UFRGS.

*** Professor da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Doutorando em Economia na UFRGS, atualmente na Universidade de Illinois (EUA).

**** Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Pesquisador do CNPq. Gostaria de agradecer a colaboração dos bolsistas Suzana M. B. Cocco (FAPERGS) e Vinicius Carrasco (CNPq).

1 - Introdução

O Rio Grande do Sul teve, historicamente, um lugar de destaque na economia brasileira. Em 1970, quando o IBGE realizou a primeira pesquisa do PIB por regiões e estados, o Estado do Rio Grande do Sul produzia 8,6% de todos os bens e serviços elaborados no Brasil, perdendo apenas para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Infelizmente, esse bom desempenho não vem se repetindo ao longo das últimas décadas.

Este trabalho analisará a evolução do PIB gaúcho entre 1970 e 1994, comparando seu desempenho frente ao PIB nacional e aos Estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. A escolha dos dois últimos deve-se ao fato de pertencerem à mesma região geopolítica do Rio Grande do Sul. Quanto ao Estado de Minas Gerais, foi escolhido por ser um bom parâmetro de comparação da trajetória de evolução do PIB gaúcho, posto que os dois estados apresentavam, em 1970, praticamente o mesmo nível de Produto.

Ao longo do trabalho, procuramos mostrar a perda de participação relativa do Estado do Rio Grande do Sul no PIB nacional e o menor dinamismo da economia gaúcha *vis-à-vis* aos estados referidos. Embora seja preciso fazer uma ressalva no que concerne à qualidade dos dados disponíveis para a confecção do estudo, algo que será melhor discutido a seguir, há uma tendência inequívoca de perda de participação do Estado. A proposta aqui é avaliar a magnitude dessa perda com base em alguns indicadores e sugerir prováveis causas para esse desempenho insuficiente. Em nossa opinião, esse fato está ligado ao maior descontrole relativo das contas públicas no Rio Grande do Sul, o que levou a um baixo investimento público em infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a transportes, telecomunicação e energia. O estudo busca ressaltar a necessidade de mudanças que favoreçam a atração de novos investimentos para o Estado.

O trabalho compõe-se de duas partes. A primeira procura evidenciar e estimar a perda de participação do Rio Grande do Sul no PIB nacional, ocupando-se de aspectos metodológicos que cobrem a natureza e o tratamento dos dados. A segunda parte procura explicar essa perda de dinamismo a partir de uma análise da execução orçamentária dos Tesouros Estaduais dos estados da Região Sul do Brasil para o período 1990-94, relacionando-a com a disponibilidade de infra-estrutura.

2 - Análise comparativa da evolução do PIB gaúcho: 1970-94

2.1 - Digressão sobre a natureza e o tratamento dos dados

A avaliação do comportamento do PIB por unidade da Federação esbarra em uma série de dificuldades, relacionadas principalmente com a disponibilidade dos dados e com a metodologia de mensuração de cada instituto. Em função disso, cabe uma breve explicação sobre a natureza e o tratamento dos dados utilizados neste trabalho.

A mensuração do PIB por estados e sua desagregação ao nível de atividade econômica são feitas pelo IBGE em anos de censo econômico, realizado a cada quinquênio, em anos de final 0 e 5. Infelizmente, a falta de compromisso com a História que caracterizou o período do Governo Collor de Mello deixou marcas também no campo estatístico. Assim é que não foi realizado o levantamento do PIB por estados em 1990, trazendo sérios prejuízos à análise da evolução desse agregado. O IBGE tem disponíveis os dados para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, com abertura ao nível das atividades econômicas.

Uma tentativa de superar essa descontinuidade, realizada no âmbito do Programa de Estudos dos Estados da Escola Brasileira de Administração Pública (PEE/EBAP/FGV), pode ser encontrada em Kasznar (1990) e Kasznar (1995). Nesse trabalho, caracterizado pelo próprio autor como preliminar, é feita a estimativa do PIB, por unidade da Federação, para os anos de 1990 e 1994 e a análise de sua evolução ao longo do período 1970-94, com dados apresentados em dólares de 1980. A desagregação ao nível de atividade econômica é feita para o ano de 1990.

No Rio Grande do Sul, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) realiza estimativas anuais dos agregados econômicos referentes à contabilidade regional utilizando a metodologia do IBGE com algumas adaptações.¹ A idéia é a de manter possível a comparação com os resultados das contas nacionais. A FEE tem disponível o PIB estadual para o período 1970-94.

¹ Ver FEE (CONTRI, 1995).

Embora não se questione a competência dos institutos de pesquisa, existem embaraços ao estudo no que se refere às diferentes metodologias utilizadas para estimativa do PIB. A rigor, há o perigo de se incorrer em erro ao se fazer a análise considerando dados do IBGE para o período 1970-85 e dados da PEE/EBAP/FGV para os anos de 1990 e 1994. Nesse sentido, os resultados são mais significativos em termos de indicadores de tendências do que em termos absolutos. Dadas as discrepâncias metodológicas e as restrições de dados em determinados períodos, optamos pela escolha e tratamento dos dados apresentados a seguir, como forma de reduzir o risco de sinalizações erradas.

- Para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985 trabalharemos com os dados do IBGE por serem completos. O PIB é avaliado a custo de fatores², incluindo os serviços de intermediação financeira. Os valores correntes apresentados pelo IBGE foram convertidos para cruzeiros de 1980 com base no deflator implícito do PIB³, conforme Tabela 1.

- Em 1990 e 1994, serão utilizados os dados da PEE/FGV. Na conversão dos dados de dólares para cruzeiros de 1980, buscamos evitar a utilização da taxa de câmbio dado o alto grau de discricionariedade da política cambial brasileira. A estratégia utilizada, coerente com a conversão dos dados do IBGE através do deflator implícito do PIB, consistiu das seguintes operações:

- a) aplicação das taxas de crescimento do PIB nacional, informadas pelo IBGE, ao PIB real de 1985, determinando-se assim um valor em cruzeiros de 1980 para o PIB dos anos de 1990 e 1994. As taxas de crescimento são apresentadas na Tabela 2;

- b) repartição dos valores do PIB nacional de 1990 e de 1994 a preços de 1980, de acordo com a proporção relativa de cada estado no PIB nacional, determinada em Kasznar (1995).

- Os dados da FEE, que contemplam apenas o Rio Grande do Sul, serão utilizados para confrontação com os resultados obtidos através deste procedimento, na parte referente à participação do Estado no contexto nacional.

² O PIB a custo de fatores corresponde ao PIB a preços de mercado menos tributos indiretos mais subsídios.

³ O deflator implícito do PIB é dado pela razão entre o PIB nominal e o PIB real.

Em função das limitações dos dados a que está exposto, com inevitáveis prejuízos ao rigor técnico, a principal contribuição esperada deste trabalho é a de enfatizar tendências com base na análise de séries históricas. Em absoluto o pretendemos definitivo. Julgamos que terá cumprido seu papel se suscitar o debate sobre o tema, seja para ratificar, seja para aperfeiçoar seus resultados.

2.2 - Apresentação dos resultados

As contas nacionais oferecem características da evolução e da estrutura de uma economia. A observação dos dados ressalta o fraco desempenho da economia gaúcha frente à média nacional e aos estados objeto de comparação neste estudo.

A Tabela 3 mostra a evolução do PIB real no período 1970-94. Através dela, podemos ver que, em 1970, o PIB do Rio Grande do Sul era um pouco superior ao de Minas Gerais. O Paraná tinha um PIB de pouco mais de 60% do PIB gaúcho; e Santa Catarina tinha um PIB de aproximadamente 30% do PIB do Rio Grande do Sul. Em 1985, ao considerarmos os últimos dados disponíveis pelo IBGE, já fica clara a tendência de crescimento menor da economia gaúcha. O PIB de Minas Gerais já era maior do que o do Rio Grande do Sul. Paraná e Santa Catarina diminuíram a diferença. A tendência manteve-se em 1990. Em 1994, o PIB de Minas Gerais era quase o dobro do gaúcho (90% maior). O do Paraná praticamente encostou no do Rio Grande do Sul, com uma produção correspondente a 92% do total produzido no Estado; e o PIB de Santa Catarina passou para um valor equivalente a 46% do PIB gaúcho.

O Gráfico 1 permite a visualização desse quadro. Ele mostra as taxas de crescimento do PIB, por período, em cada estado. Observa-se que o Rio Grande do Sul está sempre abaixo da média nacional e, na maioria dos períodos, abaixo da taxa de crescimento dos demais estados. O resultado do crescimento acumulado no período 1970-94 demonstra que o Rio Grande do Sul cresceu 183,71%; Minas Gerais, 460,62%; Paraná, 316,84%; Santa Catarina, 306,52%; e o Brasil, 270,42%. Isso significa taxas médias anuais de crescimento de 4,4% para o Rio Grande do Sul, 7,44% para Minas Gerais, 6,1% para o Paraná, 6% para Santa Catarina e 5,6% para o Brasil.

O processo de esvaziamento econômico relativo do Estado do Rio Grande do Sul e a perda de representatividade no conjunto da produção nacional caracterizados acima têm um testemunho marcante no Gráfico 2.

A participação gaúcha no PIB nacional vem em queda livre. Ela era de 8,6% em 1970; caiu para 8,53% em 1975; diminuiu para 7,93% em 1980; 7,52% em 1985; 7% em 1990; e continuou cadente em 1994, chegando a 6,59%. No sentido inverso, segue a participação de Minas Gerais. Em 1970 ela era de 8,28%. Desse ano em diante, a tendência foi crescente, atingindo 12,53% em 1994. Apesar de mudar em alguns poucos períodos, a propensão no Paraná e em Santa Catarina também foi de crescimento, embora em níveis inferiores ao da participação mineira. A perda de dinamismo da economia do Rio Grande do Sul é dramática nesse quadro.

Como dissemos anteriormente, a utilização de dados de institutos diferentes pode conduzir a equívocos de avaliação. Até 1985, não há problema, já que os dados são todos do IBGE. Para maior segurança nas informações sobre o período que segue, propomos agora confrontar os resultados pós 1985, fazendo a análise com os dados da FEE para o Rio Grande do Sul e do IBGE para o Brasil, lembrando que ambos se fundamentam na mesma metodologia. É possível observarmos, através da Tabela 4, que os resultados são diferentes daqueles obtidos com os dados da PEE/EBAP/FGV. O quadro que surge é menos grave, embora preserve a tendência de longo prazo de perda de participação do Estado.

Para os anos de 1994 e 1995, segundo estimativas preliminares da FEE, a taxa de crescimento do PIB gaúcho foi de, respectivamente, 2,03% e -0,5%. Para o Brasil, a estimativa de crescimento para esses anos é de 5,67% e 4,2%. Aplicando essas taxas sobre o PIB de 1993, obtém-se uma participação do PIB gaúcho no PIB brasileiro da ordem de 7,6%, muito superior àquela obtida no estudo PEE/EBAP/FGV, porém ainda inferior à obtida na década de 70.⁴ O presente trabalho não se propõe a buscar as razões para essa diferença,

⁴ Os resultados apresentados em Silva *et al.* (1996), que calculou o PIB para todos os estados brasileiros para o período 1985-94, também confirmam essa perda de participação relativa do Rio Grande do Sul. Nesse caso, chega-se a uma participação do PIB gaúcho de 7,37% sobre o PIB brasileiro em 1994 contra 7,76% em 1985. Mais ainda, se simplesmente aplicarmos as taxas de crescimento do PIB brasileiro (4,2%) e do PIB gaúcho (-0,5%) para o ano de 1995, temos uma nova queda na participação do PIB gaúcho, atingindo agora 7,04%.

embora seja útil registrá-la. O que interessa aqui, sob o ponto de vista do que foi proposto inicialmente, é destacar que, ao longo do período, ainda que se considere a base de dados mais favoráveis, a participação do Rio Grande do Sul esteve sempre abaixo daquela alcançada em 1970.

No que se refere à evolução do PIB *per capita* apresentado na Tabela.5, o desempenho gaúcho é inexpressivo, embora a menor taxa de crescimento demográfico amortize os efeitos do fraco desempenho econômico.

Os dados mostram que o PIB *per capita* gaúcho esteve acima do nacional em todos os períodos. Entretanto a diferença, que era de aproximadamente 20% a favor do Rio Grande do Sul, aumentou para algo em torno de 25% em 1975 e, a partir daí, começou a cair período a período, atingindo 7,5% em 1994. Mantida a tendência, em breve o PIB *per capita* gaúcho igualar-se-á ao brasileiro, não pelo desempenho nacional extraordinário, mas, sim, pela tibiez da economia do Rio Grande do Sul. Ao computarmos a taxa de crescimento no período, mais uma vez aparece o sofrível desempenho gaúcho, revelando-se inferior à taxa dos demais estados e à média nacional. No período 1970-94, o PIB *per capita* gaúcho cresceu 96,6%, enquanto o de Minas Gerais aumentou 293,7%; o do Paraná, 231,4%; o de Santa Catarina, 153,6%; e o do Brasil, 120,83%. Minas Gerais, que tinha um PIB *per capita* pouco além da metade do gaúcho em 1970, apresentou, em 1994, um resultado superior em 10%. O Paraná também ultrapassou o Rio Grande do Sul nesse aspecto, e Santa Catarina reduziu drasticamente a diferença. É preciso lembrarmos que os dados da FEE apresentaram resultados diferentes, com crescimento do PIB *per capita* na década de 90. Não há, entretanto, elementos para comparação com os outros estados nessa base.

A Tabela 6, que mostra a estrutura da produção por atividade econômica, aponta a redução do peso dos setores agrícola e do comércio no total da produção gaúcha ao longo do período 1970-85. Este último caiu em todos os estados e no País. Na comparação com os outros estados mencionados neste estudo, vemos que o PIB agrícola gaúcho é o de menor proporção. Isso desfaz a idéia do Rio Grande do Sul como estado agrícola. Ao mesmo tempo, podemos destacar o crescimento do setor industrial, que passou de 22,40% em 1970 para 36,64% em 1985, alcançando um patamar que se alinha com o dos demais estados analisados e o do País. O setor serviços, exceção feita a Minas Gerais, também cresceu entre 1970 e 1985. A estrutura da produção gaúcha em 1985 aproximou-se da brasileira.

A Fundação de Economia e Estatística também elabora um acompanhamento da evolução setorial da economia gaúcha. Esse trabalho é realizado anualmente e contém informações mais recentes — até 1993 — sobre a participação de cada setor no PIB total do Estado. A última tabela desta seção mostra esses resultados.

Os dados da Tabela 7, embora diferentes daqueles fornecidos pelo IBGE, pela utilização de uma metodologia própria, ratificam a tendência verificada no acompanhamento do IBGE. O setor agropecuário apresenta um comportamento declinante, passando de 20,18% em 1970 para 13,79% em 1993. O comércio segue o mesmo caminho do Setor Primário, enquanto a indústria se caracteriza como o setor mais dinâmico do Rio Grande do Sul, partindo de uma participação inicial de 24,81% no PIB total do Estado para atingir 34,04% em 1993.

2.3 - Análise dos resultados

De tudo o que foi visto até agora, ressalta o esvaziamento econômico do Rio Grande do Sul. Embora a metodologia de agregação dos dados possa merecer reparos, é nítida uma tendência de queda da participação gaúcha na produção nacional. Esse resultado fica mais claro ao se fazer o contraste com o desempenho da economia de Minas Gerais, que parte aproximadamente do mesmo ponto da economia gaúcha em 1970 e chega em 1994 muito à frente. Os desempenhos das economias dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que vêm conquistando posição paulatinamente, também denunciam o declínio do Rio Grande do Sul.

Embora não pretendamos realizar, nesta seção, um exame rigoroso das causas que determinaram a situação que foi descrita, é útil fazermos um breve apanhado das usuais interpretações desses resultados.

O notável desempenho da economia mineira tem sua origem na onda de industrialização levada a efeito por ocasião do II PND, que contemplou o segmento produtor de bens de capital e insumos básicos na década de 70, e da qual participou o Estado de Minas Gerais. Isso significou a injeção de um maior dinamismo econômico pela implantação de ramos industriais modernos, com efeitos, inclusive, sobre a competitividade internacional. Aí se enquadra, por exemplo, a expansão da indústria siderúrgica. Kasznar (1995) enumera

mais três fatores para a ascensão de Minas Gerais. Em primeiro lugar, destaca a existência de uma política industrial persistente e contínua, preocupando-se com o fomento à pequena e à média empresa, com a oferta de infra-estrutura e com a capacitação técnica de pessoal. Em segundo lugar, menciona a oferta abundante de fatores de produção, que acabaram por induzir e atrair novos investimentos. Nessa política deliberada de atração de investimentos, merece destaque a implantação de uma montadora de automóveis e seus poderosos efeitos multiplicadores sobre a renda e o Produto. Por último, aponta, a partir de um defeito do sistema representativo político, o maior fluxo de recursos da União para o Estado.

Se é verdade que o desempenho muito acima da média de Minas Gerais pode ser explicado pelo que foi dito acima, também é verdade que, por si só, ele não justificaria o enorme diferencial no Produto com relação ao Rio Grande do Sul estabelecido ao longo do período. Como visto anteriormente, Minas Gerais alargou a distância não apenas por seus próprios méritos, mas também pela fraqueza do contendor. Observamos que o desempenho gaúcho se manteve abaixo da média nacional e abaixo dos resultados dos demais estados arrolados no estudo em praticamente todos os itens analisados. Cabe, então, verificarmos o que sucedeu.

Uma das justificativas correntes para o mau desempenho do Rio Grande do Sul apela para o papel do setor agrícola na economia. Diz-se que o crescimento da produção agrícola é acompanhado por uma tendência de redução nos preços, o que tem um efeito depressor sobre a renda. Embora isso seja verdade, o fato é que os estados analisados têm uma proporção maior de sua estrutura produtiva no setor agrícola e passaram incólumes por esse efeito. Em que pese à necessidade de especificar o tipo de produção, parece que essa hipótese não é confirmada pelos fatos.

Há ainda uma explicação que recorre à inexistência de investimentos na economia. É tautológico dizer que uma economia não cresce porque não há investimentos na medida em que, por definição, o investimento significa expansão da capacidade produtiva. Logo, o que interessa é averiguar por que o Estado não induz os agentes econômicos ao investimento. Neste ponto, faz sentido falarmos no Custo Rio Grande do Sul. Este é um custo implícito, que retira competitividade do Estado e está associado às deficiências do setor público estadual nas áreas que lhe cabem responsabilidade. Manifesta-se na rigidez e na disfunção da máquina pública, que não acompanha o dinamismo do setor privado; no elevado nível de endivi-

damento, que torna o Estado um concorrente na captação de recursos para o financiamento; e principalmente na inadequada oferta de infra-estrutura básica nas áreas de energia elétrica, telecomunicações, portos e estradas. Por ser um dos principais indutores de investimentos, será dada à oferta de infra-estrutura uma atenção especial no decorrer do trabalho.

A estratégia do Rio Grande do Sul para promover a competitividade e recuperar a posição que ocupava no cenário nacional passa, portanto, pela reestruturação do setor público, embora não se esgote aí. Em um primeiro momento, deve ser realizada a modernização administrativa e a abertura ao capital privado, no âmbito das reformas constitucionais em curso, das áreas de infra-estrutura onde há necessidade de investimentos, impotência do Estado e interesse da iniciativa privada. Não efetuá-las condena o Estado a ficar novamente para trás no processo de desenvolvimento que toma forma no País. Criado o ambiente favorável ao investimento, o passo seguinte é o estabelecimento de uma política deliberada de atração de novas inversões, aplainando-se o caminho para o crescimento sustentado.

3 - O desempenho dos estados da Região Sul: finanças públicas e infra-estrutura

No que diz respeito à análise das finanças públicas e da infra-estrutura estadual, vamos nos restringir apenas à comparação do Rio Grande do Sul com os Estados do Paraná e de Santa Catarina, uma vez que estes competem mais diretamente pela atração de investimentos. Restringimos ainda nossa análise apenas à década de 90, dada a dificuldade de obtenção de dados desagregados homogêneos para todos os três estados, para o período anterior a 1990.⁵

⁵ Para uma análise das finanças públicas gaúchas para o período pré 1990, ver Meneghetti Neto e Rückert (1994).

3.1 - Metodologia para a elaboração da execução orçamentária

Para possibilitar a comparação relativa e absoluta dos dados referentes à execução orçamentária dos três estados escolhidos, foram utilizados dois procedimentos básicos:

- deflacionamento dos dados em reais de abril de 1995, partindo-se de cruzeiros, referentes aos anos de 1990, 1991 e 1992; de cruzeiros reais referentes a 1993; e, por fim, de reais referentes ao ano de 1994. Para tanto, foi utilizado o índice da Fundação Getúlio Vargas, denominado Índice Geral de Preços-disponibilidade interna (IGP-DI) coluna 2, para o deflacionamento dos dados dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, uma vez que os valores do Rio Grande do Sul referentes à execução orçamentária já obedeciam a essa sistemática;
- composição da própria execução orçamentária na forma em que está apresentada, observando-se, para tornar a comparação possível, que cada item seja composto pelos mesmos elementos nos três estados.

Cada item é composto da seguinte forma:

- a) Receita Própria - soma dos impostos arrecadados pelo estado, bem como as Transferências recebidas da União e outras receitas menos relevantes, como as taxas e a alienação de imóveis (aparecem na rubrica outros);
- b) Operações de Crédito - compostas pelos empréstimos e financiamentos obtidos pelo estado para pagamento de seus compromissos ao longo do ano;
- c) Receita Total - é a soma da Receita Própria e das Operações de Crédito;
- d) Despesa Operacional - é composta por todas as despesas do estado, exclusive o pagamento das amortizações e dos juros das dívidas interna e externa. Aparecem neste item as despesas com pessoal, as transferências para os municípios, as despesas de capital, os gastos com a manutenção da máquina estatal e uma série de pagamentos que não se enquadram nos itens anteriores (denominados no trabalho de outros);

- e) Serviço da Dívida - refere-se ao pagamento das amortizações e dos juros das dívidas interna e externa do estado;
- f) Despesa Total - é a soma da Despesa Operacional e do Serviço da Dívida;
- g) Receita Própria Líquida (RPL) - é obtida através da subtração das Transferências aos Municípios da Receita Própria do estado;
- h) Resultado Orçamentário - é a diferença entre a Receita Total e a Despesa Total.

3.2 - Apresentação da execução orçamentária dos estados

A análise da execução orçamentária será feita em duas etapas: a primeira abordará exclusivamente os resultados orçamentários em cada estado, a segunda buscará explicar os resultados obtidos a partir do grau de comprometimento das receitas próprias líquidas com determinadas despesas, em especial as que se referem a pessoal, juros da dívida e investimentos, enfatizando-se as variações ocorridas ao longo do período. Em um segundo momento, faremos uma análise não tão ortodoxa, comparando os gastos totais com pessoal e os juros com os investimentos realizados entre 1990 e 1994.

3.2.1 - Resultados orçamentários

As informações contidas nas tabelas da execução orçamentária evidenciam uma situação de desequilíbrio orçamentário permanente dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina durante toda a década de 90. O Paraná, por sua vez, obteve superávits na maior parte dos exercícios fiscais neste início de década, o que contrasta com os resultados dos demais estados da Região Sul.

Ao longo do período analisado, o Rio Grande do Sul apresentou uma receita própria insuficiente para fazer frente ao total de suas despesas, o que levou o Estado a recorrer a operações de crédito para financiar seus déficits. No entanto, à exceção de 1990, as Operações de Crédito não foram suficientes sequer para pagar o serviço da dívida. Isso significa que os empréstimos tomados pelo Governo gaúcho não cobriram o pagamento de juros e amorti-

zações da dívida antiga. Assim, houve um incremento do estoque da dívida, já que as receitas próprias do Estado não superaram as despesas operacionais na mesma proporção. Desse modo, enquanto a Receita Própria Líquida do Rio Grande do Sul cresceu apenas 6,10% em termos reais entre 1990 e 1994, a dívida mobiliária do Estado crescia 35,24%. A Tabela 11 mostra a evolução da dívida mobiliária gaúcha comparada à Receita Própria Líquida do Estado, a partir de 1990.

Detendo-nos na análise dos resultados orçamentários, notamos que o déficit acumulado pelo Rio Grande do Sul ao longo do período atingiu R\$ 981 milhões, como resultado de uma receita total de R\$ 26,833 bilhões e de uma despesa total de R\$ 27,814 bilhões. Já o Paraná se constituiu num estado com equilíbrio padrão em suas contas, incorrendo em déficits somente em 1991 e 1994, sob a ótica orçamentária. Somando-se a Receita Própria e as Operações de Crédito dos cinco anos, o Paraná apresenta uma receita total de R\$ 15,635 bilhões, enquanto as despesas totais somam R\$ 15,488 bilhões. Isso significa um superávit orçamentário acumulado de R\$ 147,00 milhões. Santa Catarina, por sua vez, obteve um déficit acumulado de R\$ 1,248 bilhão, caracterizando-se como o estado com o orçamento mais desequilibrado, tanto em relação a suas receitas próprias como em termos absolutos, quando comparado ao Paraná e ao Rio Grande do Sul.

3.2.2 - Comprometimento da receita própria com despesas selecionadas

Após a apresentação de resultados tão díspares entre o Paraná e os demais estados da região, sob a ótica de suas execuções orçamentárias, resta buscarmos os motivos que levaram a essa situação. A análise dos resultados orçamentários pode centralizar-se no desempenho da receita, como usualmente é feito pelos próprios Governos Estaduais, argumentando que os déficits resultam da incapacidade da arrecadação para atender às despesas correntes do estado. Logo, o impacto que o desempenho da economia tem sobre a arrecadação é utilizado para explicar os resultados orçamentários. Quando se enfrenta um período de recessão, os Governos Estaduais com déficits fiscais procuram justificá-los pela contração da arrecadação. Entretanto esse argumento perde força

quando observamos a evolução da receita própria líquida dos três estados da Região Sul. O Rio Grande do Sul, apesar de apresentar o maior aumento real da receita própria líquida entre 1990 e 1994, chegando a 6,41%, não teve êxito no combate ao desequilíbrio orçamentário. Já o Paraná obteve um acréscimo de apenas 2,12%, mas teve, ao longo do período, um comportamento exemplar em suas contas públicas. A própria Constituição de 1988 concedeu aos estados uma maior participação no bolo tributário total, elevando as suas receitas e, portanto, enfraquecendo a tese que associa os déficits estaduais a problemas decorrentes da insuficiência da arrecadação. A questão central, portanto, parece ser a necessidade dos estados de adequarem as despesas às suas receitas correntes, criando, na medida do possível, mecanismos de restrição dos gastos. Assim, a análise que segue se concentrará no comportamento das despesas para explicar os resultados orçamentários dos estados em questão, tendo as receitas como uma variável exógena. Para entender as razões que levaram os três estados da Região Sul a apresentarem resultados orçamentários extremamente divergentes é preciso verificar o grau de comprometimento da receita própria líquida de cada um deles com determinadas despesas e a sua evolução ao longo do período. Merece destaque o comportamento das despesas com pessoal, com juros e com investimentos.

O comprometimento da Receita Própria Líquida com pessoal e com juros foi maior no Rio Grande do Sul, no período analisado, em comparação com os outros dois estados. No que se refere aos investimentos realizados, o Estado teve uma performance inferior à do Paraná, apresentando inversões inferiores tanto em termos relativos como em termos absolutos.

Como as Tabelas 8, 9 e 10, relativas à execução orçamentária, ressaltam, o Paraná apresenta uma situação privilegiada, com o orçamento mais equilibrado, em função de menores gastos com pessoal e juros, restando, assim, mais recursos públicos para investimentos do que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A despesa com pessoal representou, no Rio Grande do Sul, um comprometimento máximo da receita própria líquida em 1990, alcançando 81,04%, e mínimo em 1993, com 64,09%, elevando-se novamente em 1994, até 71,09%. O importante é notar que, mesmo em 1993, quando o Estado reduziu ao menor nível o comprometimento da receita com a folha de pagamento, ainda assim ela superou o pior resultado do Paraná, ocorrido em 1992, quando a participação das despesas paranaenses com pessoal atingiu 63,46% de sua

Receita Líquida. Esse exemplo evidencia o alto grau de comprometimento da receita gaúcha com o pagamento de pessoal, pois mesmo Santa Catarina conseguiu reduzir essa despesa a 55,94% de sua receita própria líquida em 1994, após ter chegado a 69,20% em 1990.

A evolução dos gastos com juros da dívida no Rio Grande do Sul também explica a escassez de recursos para os investimentos. Em 1990, o Estado despendia 4,08% de sua receita própria líquida para pagamento de juros, enquanto em 1994 esse índice se elevou para 6,88%. Já o Paraná obteve uma redução contínua dessa despesa no período analisado, passando de 5,72% em 1990 para apenas 2,14% em 1994. Essa redução do pagamento dos juros da dívida do Paraná se deveu a dois motivos. Primeiro, o Estado deixou de realizar as antecipações de receitas (contratação de empréstimos junto ao sistema financeiro com o comprometimento de receita futura, devendo a operação ser liquidada dentro do mesmo exercício) ainda em 1991, o que reduziu o serviço da dívida para R\$ 248,590 milhões nesse ano, ou seja, menos da metade do pagamento realizado no ano anterior, que havia chegado a R\$ 513,504 milhões. O segundo motivo está relacionado ao refinanciamento da sua dívida interna junto ao Governo Federal em 1993, alongando o perfil da mesma, o que também gerou um impacto contracionista sobre os desembolsos do seu serviço. Os motivos para um comportamento oposto do serviço da dívida do Rio Grande do Sul e do Paraná estão intrinsecamente relacionados, de um lado, com a capacidade de obtenção de orçamentos equilibrados, que não levem ao crescimento da dívida, e, de outro, com a capacidade de negociação dos prazos de pagamento da dívida passada, o que possibilita uma gestão de caixa mais voltada para a formação de investimentos.

A partir da execução orçamentária, é possível elaborarmos uma série de relações entre as variáveis nela contidas. Este trabalho, além da análise tradicional, que leva em consideração o grau de comprometimento da receita com despesas selecionadas, também irá deter-se na análise do comportamento das principais despesas entre si, permitindo um enfoque mais particular no período analisado.

O Gráfico 3 e a Tabela 12 mostram a relação existente entre despesas selecionadas (pessoal e juros) com os respectivos investimentos de cada estado entre os anos de 1990 e 1994. Percebemos, assim, que o Paraná apresenta a menor relação entre pessoal e investimentos (5,37).

Isso significa que esse estado gastou com pessoal, ao longo dos cinco anos, R\$ 5,37 para cada R\$ 1,00 investido. O desempenho paranaense é bastante positivo, quando comparado ao do Rio Grande do Sul, que gastou R\$ 12,73 com pessoal para cada R\$ 1,00 aplicado em investimentos, e ao de Santa Catarina, onde a relação chegou a 13,08. Quando analisamos a relação entre o pagamento dos juros da dívida e os investimentos, novamente o Paraná aparece com a melhor posição, pois, como mostra a Tabela 12, foi o único estado a despende um volume de recursos maior para investimentos do que para o pagamento de juros entre 1990 e 1994. A relação foi de 0,59, isto é, para cada R\$ 0,59 gastos com juros R\$ 1,00 era investido. O Rio Grande do Sul, ao contrário, gastou R\$ 1,28 com juros para cada R\$ 1,00 investido, sendo seguido por Santa Catarina, que apresentou a maior relação entre essas variáveis, atingindo 1,51.

Os dados do Gráfico 3 também se encontram na Tabela 12, para uma melhor visualização do ocorrido no período.

3.3 - Infra-estrutura na Região Sul

O início dos anos 90 representou uma fase de deterioração das estruturas energéticas, de telecomunicações e de transportes no Rio Grande do Sul, constituídas com fortes investimentos, nas décadas de 50, 60 e 70. Essa deterioração da infra-estrutura no Estado foi fruto da falta de investimentos a partir dos anos 80, a qual se potencializou nos anos 90. Na verdade, existe um período de defasagem entre a inversão de recursos em obras de infra-estrutura e os desdobramentos desses investimentos em termos de melhoria da atratividade do Estado para capitais externos, o que significa que há uma urgência de reversão do quadro atual para a recuperação do espaço perdido, principalmente para o Paraná. Em um ambiente de maior abertura comercial, com fortes perspectivas de elevação dos investimentos externos diretos no Brasil nos próximos anos, é fundamental o fornecimento de uma infra-estrutura adequada para a atração desses capitais para o Rio Grande do Sul.

3.3.1 - Transportes

A estrutura de transportes do Rio Grande do Sul apresenta como característica a concentração na alternativa rodoviária, o que não lhe concede o caráter de excepcionalidade em relação aos demais estados da Região Sul, nem tampouco do País. Como este é, portanto, o principal meio de transporte da Região, parece adequado focalizar a atenção no meio de transporte rodoviário. Isso não significa que os demais meios de transporte não possuam importância específica para determinados setores, nem que não estejam presentes no Estado e na Região.

Quando analisamos a malha rodoviária pavimentada existente na Região Sul, percebemos nitidamente a situação precária que o Rio Grande do Sul apresenta. A densidade de rodovias pavimentadas parece ser o melhor indicador da situação do setor rodoviário. Ela é obtida através da relação entre total de quilômetros de rodovias pavimentadas, sob a jurisdição das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a área total do estado. Como a Tabela 13 demonstra, o Rio Grande do Sul apresentava a menor densidade da Região em 1993 (último ano com dados disponíveis), atingindo 31,71%, o que equivalia a 49,76% do índice paranaense e a 58,26% do catarinense. Ou seja, a densidade da malha rodoviária gaúcha não atingia sequer a metade da densidade paranaense. Além da baixa densidade apresentada pelo Estado, notamos também que o Rio Grande do Sul é o único estado da Região a possuir a malha rodoviária federal superior à malha estadual. Quando comparamos a densidade da malha estadual — que relaciona as rodovias pavimentadas estaduais com a área total do estado — dos três estados, a situação do Rio Grande do Sul é ainda mais desalentadora, pois seu índice de 12,74 é quase quatro vezes inferior ao do Paraná, 47,77, menos da metade do índice de Santa Catarina, 30,13. Isso demonstra claramente a falta de investimentos do Rio Grande do Sul em estradas, nos últimos anos.

Para termos uma idéia ainda mais precisa da falta de infra-estrutura no setor de transportes no Rio Grande do Sul, basta compararmos o total da malha rodoviária de cada estado. Enquanto no Rio Grande do Sul, em 1993, o total de rodovias pavimentadas chegou a 8.949km, no Paraná somente a malha estadual atingiu 9.549km, com um total de 12.739km de rodovias pavimen-

tadas. Já Santa Catarina, no mesmo ano, apresentava 5.224km de estradas pavimentadas, o que, devido à sua reduzida área territorial, comparada aos outros dois estados, permitiu que obtivesse um expressivo índice de densidade, tanto estadual como total.

3.3.2 - Telecomunicações

No setor de telecomunicações, novamente o desempenho gaúcho apresenta uma desvantagem em relação aos seus vizinhos, tanto em termos quantitativos como qualitativos. No que se refere ao desempenho quantitativo, o indicador mais usual é o de densidade de terminais telefônicos por 100 habitantes. Em 1994, o Estado aparecia com uma densidade total (considerando os telefones convencionais e celulares) de 7,91 terminais para cada 100 habitantes, enquanto, no mesmo ano, Santa Catarina apresentava uma densidade de 9 terminais; e o Paraná, 9,50 terminais por 100 habitantes. A Tabela 15 mostra o quadro relativo aos terminais telefônicos e à sua densidade, merecendo destaque, além da própria densidade, o total de terminais instalados em cada estado. Percebemos que o Paraná, mais uma vez, supera o Rio Grande do Sul, com 810.000 terminais instalados, enquanto no Rio Grande do Sul o montante chega a 717.817.

A análise qualitativa dos serviços prestados pela CRT, baseada em indicadores da Telebrás, aponta na mesma direção da análise quantitativa, isto é, uma posição de desvantagem do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados da Região Sul, embora tenha havido, a partir de 1992, uma melhora sensível nos serviços prestados pela estatal gaúcha, de acordo com os critérios de avaliação da Telebrás (Tabela 16).

A desvantagem relativa da CRT, em termos de qualidade dos serviços prestados, comparativamente a Santa Catarina e Paraná, não pode ser explicada pela insuficiência de pessoal para atender à demanda por serviços, pois os outros estados, com um índice inferior de empregados por terminais telefônicos, apresentam serviços de melhor qualidade que a estatal gaúcha. Em Santa Catarina, em 1994, havia 5,67 empregados por terminal instalado (Tabela 17), o índice mais baixo da Região; no Paraná, esse índice chegava a 7,05; e, no Rio Grande do Sul, atingia 8,39 (aliás, um dos índices mais

elevados do País). Percebemos, portanto, que não há uma relação direta entre o número de empregados e a qualidade do serviço prestado, nem tampouco com a quantidade do mesmo, considerando os resultados analisados nos três estados.

3.3.3 - Setor energético

O fornecimento de energia no Brasil é feito tanto pelas companhias estaduais de energia como pela Eletrobrás, ou por uma de suas subsidiárias. Na Região Sul, a Eletrobrás, juntamente com as respectivas companhias estaduais de energia, é a responsável pelo abastecimento da Região. A Eletrosul apresentava, em 1994, uma potência instalada de suas usinas na região de 3.222Mwh (Megawatt/hora), estando a maior parte desse potencial energético concentrado no Paraná.

O Paraná possui a maior capacidade geradora de energia da Região Sul, sendo o único estado da Região que apresenta auto-suficiência na geração de energia, através de sua companhia estadual (COPEL). A Tabela 18 mostra o potencial instalado de energia nos três estados da Região Sul, a partir da Eletrosul e das companhias estaduais, como também um índice de densidade de potência instalada (obtido através da divisão da potência total de energia do estado pela sua população multiplicado por 1.000).

A situação energética dos três estados da Região mantém a mesma tendência observada nos indicadores dos setores de transporte e de telecomunicações: uma vantagem comparativa do Paraná frente aos demais estados analisados. O Paraná apresenta uma potência instalada total de 5.726,50Mwh — considerando o potencial de fornecimento de energia da sua estatal somado ao da Eletrosul —, um valor 225,76 % superior ao verificado no Rio Grande do Sul, onde a capacidade geradora instalada total atinge o montante de 1.757,90Mwh.

Se compararmos somente o desempenho das companhias estaduais, a situação permanece a mesma, com a COPEL apresentando uma potência instalada de 3.344,50Mwh, portanto, 138,91% superior à potência instalada total da CEEE, de 1.399,90Mwh. De fato, enquanto o Paraná exporta energia para outros estados do País, tanto das usinas da Eletrosul lá instaladas como

da própria COPEL, denotando a sua auto-suficiência, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina importam energia de outros estados para atender às suas necessidades.

A utilização de um índice de densidade relacionando o potencial de geração de energia e a população de cada estado ajuda a compreender o abissal diferencial existente entre o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina quanto à capacidade geradora de energia. O Paraná apresentava, em 1994, uma densidade de 0,667kwh (quilowatt/hora) por habitante, enquanto o Rio Grande do Sul possuía uma densidade de apenas 0,188, e Santa Catarina classificava-se como o estado com a menor densidade da região, 0,119.

4 - Conclusão

Do que foi apresentado neste estudo, sobressai a precariedade das estatísticas de contas nacionais. Isso fica claro ao fazermos a confrontação entre os resultados, para o Rio Grande do Sul, de diferentes institutos de pesquisa — FEE e PEE/EBAP/FGV —, onde as diferenças implicam cenários relativamente contraditórios na década de 90.

Em uma análise de prazo mais longo, como a que propomos neste trabalho, nos dois casos podemos observar uma diminuição da participação relativa do Estado no PIB nacional. No cenário menos adverso, configurado nas estatísticas da FEE, o Estado cai de 8,6% em 1970 para 7,9% em 1994. Na pior situação, apresentada pela PEE/EBAP/FGV, a queda é de 8,6% em 1970 para 6,59% em 1994.

Como ficou evidenciado ao longo do estudo, o Rio Grande do Sul, entre 1990 e 1994, apresentou déficits orçamentários em todos os anos. Isso ocorreu devido à incapacidade do Governo Estadual de restringir as despesas às receitas correntes, mesma situação encontrada em Santa Catarina. Ao mesmo tempo, o Paraná não apenas obteve resultados orçamentários equilibrados, como investiu mais do que o Rio grande do Sul e Santa Catarina juntos. Nos cinco primeiros anos da década de 90, o Paraná investiu R\$ 1,388 bilhão, enquanto no Rio Grande do Sul os investimentos estaduais atingiram R\$ 1,024 bilhão, e em Santa Catarina, R\$ 0,329 bilhão. Como podemos perceber, mesmo com uma receita própria líquida de R\$ 12,155 bilhões, ao longo dos

cinco anos o Paraná investiu mais que os outros estados da Região, que arrecadaram juntos o montante de R\$ 25,403 bilhões no mesmo período, isto é, mais do que o dobro do Paraná.

No que se refere ao comportamento da dívida, o Paraná possui uma posição destacada, pois, ainda em 1991, deixou de realizar as antecipações de receita orçamentárias (ARO), em função de uma gestão mais austera de suas finanças, evitando, assim, o aumento da conta de juros. Já em 1993, esse estado obteve o refinanciamento de sua dívida interna junto ao Governo Federal, alongando o seu perfil, o que, ao lado do fim das operações de ARO, gerou um impacto contracionista sobre os desembolsos do serviço da dívida. Dessa forma, enquanto o Rio Grande do Sul apresentou despesas ascendentes com o serviço da dívida entre 1990 e 1994 devido ao desequilíbrio orçamentário e à falta de medidas tópicas de contenção das despesas com a sua dívida, o Paraná reduziu sistematicamente seus gastos nesse item ao longo do período.

Assim, após o exame da execução orçamentária dos três estados da Região, quando passamos a analisar os indicadores referentes ao fornecimento de infra-estrutura pelos estados, a posição diferenciada do Paraná não surpreende. Nos três setores em foco — transportes, telecomunicações e energia —, o Paraná apresenta os melhores índices da Região. Em termos de transportes, possui um total de 12.739km de rodovias pavimentadas frente a 8.949km do Rio Grande do Sul e 5.224km de Santa Catarina. Quando relacionamos o total de rodovias estaduais pavimentadas com a área do estado, a vantagem do Paraná diante do Rio Grande do Sul é ainda maior, em função da menor área que o Paraná ocupa. Em relação às telecomunicações, o Paraná constitui-se no estado com maior índice de terminais telefônicos instalados para cada 100 habitantes, atingindo 9,50 em 1994, frente a um índice de 9,0 para Santa Catarina e 7,91 para o Rio Grande do Sul. Apesar de apresentar o pior índice quantitativo, o Rio Grande do Sul possuía o maior número de empregados por 1.000 terminais telefônicos instalados em 1994 (8,39), enquanto o Paraná empregava 7,05 funcionários para cada 100 terminais, e Santa Catarina, 5,49. No que concerne à geração de energia, novamente o Paraná se sobressai em relação aos demais, com um potencial energético instalado de 5.726,50Mwh contra 1.757,90Mwh do Rio grande do Sul e 557,50Mwh de Santa Catarina. Portanto, a partir do equilíbrio das contas públicas e da prioridade dada aos investimentos, o Paraná constitui-se no estado da Região com a melhor rede de infra-estrutura, o que o transforma

num estado catalisador de investimentos privados. Já o Rio Grande do Sul, ao manter uma estrutura de gastos incompatível com a geração de receitas próprias, é forçado a recorrer constantemente a empréstimos para cobrir os seus déficits. Isso tem gerado uma contínua redução da capacidade de investimento, que se reflete na deterioração de sua infraestrutura e, por consequência, no desincentivo à realização de investimentos privados no Estado.

É claro que, além dos aspectos de infra-estrutura, outros fatores influem na decisão de novos projetos de investimentos pelo setor privado, como a potencialidade do mercado consumidor, a proximidade de insumos básicos e a concessão de incentivos fiscais e creditícios pelos estados e municípios. Entretanto, como Santa Catarina e Paraná são vizinhos do Rio Grande do Sul, os aspectos relativos ao tamanho do mercado e ao abastecimento de insumos não possuem uma relevância significativa, quando comparados ao fornecimento de uma estrutura adequada de estradas, telecomunicações e energia. O mesmo ocorre com os incentivos fiscais, que tendem a ser restringidos a partir da reforma tributária.

Procuramos, neste trabalho, relacionar a perda de participação relativa do Estado do Rio Grande do Sul no PIB nacional com a incapacidade de geração de poupança pública a nível estadual e à deficiência de investimentos em infra-estrutura. Embora todo o setor público brasileiro tenha passado por uma difícil crise financeira nos anos 80 e 90, fica claro que alguns estados conseguiram apresentar um desempenho relativamente mais satisfatório, obtendo, assim, vantagens competitivas na atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros.

Tabela 1

Deflator implícito do PIB — 1970-1985

ANOS	ÍNDICES
1970	3,6
1975	12,0
1980	100,0
1985	10567,0

FONTE: IBGE.

NOTA: Base:1980 = 100.

Tabela 2

Taxa anual de crescimento do PIB nacional — 1986-94

(%)

ANOS	TAXAS
1986	7,5
1987	3,6
1988	-0,1
1989	3,2
1990	-4,35
1991	0,35
1992	-0,8
1993	4,2
1994	5,67

FONTE: IBGE.

Tabela 3

PIB a custo de fatores de algumas unidades da Federação e do Brasil — 1970-1994

(Cr\$ de 1980)					
ANOS	RS	MG	PR	SC	BRASIL
1970	384 222,22	369 722,22	242 500,00	119 611,11	4 466 138,89
1975	648 991,67	642 175,00	499 341,67	214 616,67	7 612 233,33
1980	950 294,00	1 130 342,00	690 881,00	393 399,00	11 983 085,00
1985	1 028 344,61	1 287 626,20	811 978,13	441 401,81	13 666 506,42
1990	1 056 488,12	1 885 076,67	952 348,58	501 077,22	15 092 687,48
1994	1 090 185,67	2 072 841,65	1 010 779,13	499 599,50	16 543 029,90

FONTE: IBGE.
PEE/FGV.

Tabela 4

PIB a custo de fatores em valores correntes e participação relativa
do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil — 1986-93

ANOS	BR (Cr\$ milhões)	RS (Cr\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
1986	3 506,42	254,65	7,3
1987	11 967,48	864,57	7,2
1988	90 034,31	6 611,87	7,3
1989	1 434 813,91	101 358,91	7,1
1990	32 194 393,00	2 310 656,00	7,2
1991	157 758 043,00	11 039 010,00	7,0
1992	1 793 126 352,00	133 447 525,00	7,4
1993	37 169 000 000,00	3 044 714 477,00	8,2

FONTE: IBGE.
FEE.

Tabela 5

PIB *per capita* de algumas unidades da Federação e do Brasil — 1970-1994

(Cr\$ de 1980)

ANOS	RS	MG	PR	SC	BRASIL
1970	0,058	0,032	0,035	0,041	0,048
1975	0,090	0,052	0,069	0,066	0,072
1980	0,122	0,084	0,091	0,108	0,101
1985	0,123	0,089	0,102	0,110	0,104
1990	0,116	0,120	0,113	0,110	0,103
1994	0,114	0,126	0,116	0,104	0,106

FONTE: IBGE.
PEE/FGV.

Tabela 6

Participação relativa das atividades econômicas
no PIB gaúcho — 1970-1985

(%)

SETORES	1970	1975	1980	1985
Agropecuária	23,21	19,65	16,29	11,97
Indústria	22,40	31,05	37,89	36,64
Serviços	34,41	31,70	33,73	41,91
Comércio	19,98	17,60	12,09	9,48
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE.

Tabela 7

Participação relativa das atividades econômicas no PIB gaúcho — 1970-1993

(%)

SETORES	1970	1975	1980	1985	1990	1993
Agropecuária	20,18	16,53	15,08	15,34	10,86	13,79
Indústria	24,81	30,79	34,69	35,91	35,79	34,04
Serviços	34,19	33,02	34,97	38,80	41,28	39,56
Comércio	20,82	19,66	15,27	9,95	12,06	12,61
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE.

Tabela 8

Execução orçamentária do Paraná — 1990-94

(RS mil de abr./95)

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994
RECEITA PRÓPRIA	3 146 465	2 919 697	2 849 557	3 053 380	3 194 605
ICMS	2 424 040	2 157 170	2 021 544	1 825 675	2 267 098
IPVA	40 356	34 389	87 766	149 261	109 575
Transferências da União	440 648	407 432	355 459	369 698	381 757
Outros	241 421	320 706	384 788	708 746	436 175
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	207 755	43 368	58 836	64 453	96 535
RECEITA TOTAL	3 354 220	2 963 065	2 908 393	3 117 833	3 291 140
DESPESA OPERACIONAL	2 788 123	2 762 286	2 730 811	2 753 571	3 226 515
Pessoal	1 552 371	1 421 794	1 445 053	1 431 702	1 601 211
Manutenção/outros	334 812	350 815	356 596	375 790	359 654
Transferências a Municípios	651 895	585 287	572 411	552 491	647 028
Despesa de capital	249 045	404 390	356 751	393 588	618 622
Investimento	57 536	190 841	173 630	255 637	384 759
Inversões Financeiras	27 754	20 631	21 296	90 319	165 291
Transferências de Capital	163 755	192 918	161 825	47 632	68 572
SERVIÇO DA DÍVIDA	513 504	248 590	162 297	150 518	152 023
Amortização	122 724	69 335	68 009	64 424	85 272
Juros	390 780	179 255	94 288	86 094	66 751
DESPESA TOTAL	3 301 627	3 010 876	2 893 108	2 904 089	3 378 538
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	2 494 570	2 334 410	2 277 146	2 500 889	2 547 577
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	52 593	-47 811	15 285	213 744	-87 398
PESSOAL / RPL (%)	62,23	60,91	63,46	57,25	62,85
INVESTIMENTOS / RPL (%) (1)	3,42	9,06	8,56	13,83	21,59
JUROS / RPL (%)	15,67	7,68	4,14	3,44	2,62

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

(1) Inclui investimentos e inversões financeiras

Tabela 9

Execução orçamentária de Santa Catarina — 1990-94

(R\$ mil de abr./95)

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994
RECEITA PRÓPRIA	2 028 944	1 657 525	1 614 422	1 708 973	2 014 435
ICMS	1 567 847	1 287 793	1 211 420	1 141 535	1 459 457
IPVA	44 272	36 821	43 674	37 913	51 537
Transferências da União	325 168	271 550	222 247	299 626	305 134
Outros	91 657	61 421	137 081	229 899	198 307
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	221 026	89 143	237 745	49 662	396 050
RECEITA TOTAL	2 249 970	1 746 668	1 852 167	1 758 635	2 410 485
DESPESA OPERACIONAL	2 172 031	1 681 038	1 787 247	1 718 767	2 132 254
Pessoal	1 103 664	713 508	804 491	769 288	881 963
Manutenção/outros	449 476	394 766	367 434	362 264	413 404
Transferências a Municípios	434 040	381 982	373 884	360 541	437 711
Despesa de Capital	184 851	190 782	241 438	226 674	399 176
Investimento	17 045	41 492	38 679	70 658	82 797
Inversões Financeiras	9 595	8 364	27 049	16 022	16 835
Transferências de Capital	158 211	140 926	175 710	139 994	299 544
SERVIÇO DA DÍVIDA	411 777	272 502	380 128	199 292	510 743
Amortização	286 791	125 493	323 016	127 097	414 650
Juros	124 986	147 009	57 112	72 195	96 093
DESPESA TOTAL	2 583 808	1 953 540	2 167 375	1 918 059	2 642 997
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	1 594 904	1 275 543	1 240 538	1 348 432	1 576 724
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-333 838	-206 872	-315 208	-159 424	-232 512
PESSOAL / RPL (%)	69,20	55,94	64,85	57,05	55,94
INVESTIMENTOS / RPL (%) (1)	1,67	3,91	5,30	6,43	6,32
JUROS / RPL (%)	7,84	11,53	4,60	5,35	6,09

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

(1) Inclui investimentos e inversões financeiras.

Tabela 10

Execução orçamentária do Rio Grande do Sul — 1990-94

(R\$ mil de abr./95)

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994
RECEITA PRÓPRIA	4 391 359	4 097 822	4 865 105	4 745 344	4 698 891
ICMS	3 443 133	3 063 915	2 960 637	2 893 217	3 416 569
IPVA	35 938	59 926	90 247	74 414	124 086
Transferências da União	641 881	529 273	515 588	549 582	576 627
Outros	270 407	444 708	1 298 633	1 228 131	581 609
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1 154 617	434 726	595 437	761 338	1 088 128
RECEITA TOTAL	5 545 976	4 532 548	5 460 542	5 506 682	5 787 019
DESPESA OPERACIONAL	5 094 706	3 994 310	4 738 349	4 265 488	4 675 572
Pessoal	2 822 547	2 328 677	2 737 349	2 511 076	2 634 606
Manutenção/outros	439 821	434 292	544 138	485 387	541 861
Transferências a Municípios	908 583	851 829	850 481	827 465	992 971
Despesa de capital	923 755	379 512	606 381	441 560	506 134
Investimento	249 785	118 255	185 267	126 226	142 840
Inversões financeiras	72 897	27 927	3 404	41 118	56 624
Transferências de Capital	601 073	233 330	417 710	274 216	306 670
SERVIÇO DA DÍVIDA	633 764	697 263	1 016 403	1 380 181	1 318 008
Amortização	491 257	541 094	740 824	899 505	1 063 185
Juros	142 507	156 169	275 579	480 676	254 823
DESPESA TOTAL	5 728 470	4 691 573	5 754 751	5 645 669	5 993 580
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	3 482 776	3 245 993	4 014 624	3 917 879	3 705 920
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-182 494	-159 025	-294 208	-138 987	-206 561
PESSOAL / RPL (%)	81,04	71,74	68,18	64,09	71,09
INVESTIMENTOS / RPL (%) (1)	9,27	4,50	4,70	4,27	5,38
JUROS/ RPL (%)	4,09	4,81	6,86	12,27	6,88

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) Inclui investimentos e inversões financeiras.

Tabela 11

Evolução da Receita Própria Líquida e da Dívida Mobiliária
do RS — 1990-94

(R\$ milhões de abr./95)

ANOS	RPL	DÍVIDA TOTAL
1990	3 493	3 763
1991	3 246	3 589
1992	4 015	4 255
1993	3 918	4 069
1994	3 706	5 089

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 12

Relações entre as principais despesas e investimentos realizados
nos estados da Região Sul — 1990-1994

DISCRIMINAÇÃO	RS	SC	PR
Pessoal/investimentos	12,73	13,08	5,37
Juros/investimentos	1,28	1,51	0,59

FONTE: Secretaria da Fazenda dos estados da Região Sul.

Tabela 13

Densidade da malha rodoviária pavimentada
nos estados da Região Sul — 1993

ESTADOS	ÁREA (km ²)	DENSIDADE ESTADUAL (1)	DENSIDADE TOTAL (2)
RS	282 184	12,74	31,71
SC	95 985	30,13	54,43
PR	199 898	47,77	63,73

FONTE: Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) Quilômetros de estradas estaduais pavimentadas/área do estado x 1.000.

(2) Quilômetros de estradas pavimentadas totais/área do estado x 1.000.

Tabela 14

Malha rodoviária pavimentada nos estados da Região Sul — 1990-1993

ESTADOS	ÁREA	(km)								
		MALHA MUNICIPAL			MALHA ESTADUAL			MALHA FEDERAL		
		1990	1992	1993	1990	1992	1993	1990	1992	1993
RS	282 184	200	343	323	3 451	3 466	3 596	4 990	5 030	5 030
SC	95 985	315	315	315	2 656	2 802	2 892	2 017	2 017	2 017
PR	199 898	79	79	79	9 370	9 397	9 549	3 057	3 092	3 111

FONTE: Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 15

Terminais telefônicos e densidade nos estados da Região Sul — 1994

EMPRESAS	TERMINAIS TELEFÔNICOS			DENSIDADE/100	
	Convencional	Celular	Total	Convencional	Total
CRT	675 807	42 010	717 817	7,45	7,91
TELESC	398 310	29 450	427 760	8,38	9,00
TELEPAR	766 503	43 700	810 203	8,99	9,50

FONTE: CRT.

Tabela 16

Índice de desemprego do serviço telefônico nos estados da Região Sul e no Brasil — 1991-94

EMPRESAS	1991	1992	1993	1994
CRT	1,72	4,87	8,17	8,32
TELESC	5,30	9,10	9,79	7,85
TELEPAR	7,64	9,74	10,00	9,97
Nacional	3,75	6,81	7,94	8,29

FONTE: Telebrás.

Tabela 17

Empregados por 1.000 terminais telefônicos nos estados da Região Sul — 1993-94

EMPRESAS	1993	1994
CRT	8,83	8,39
TELESC	6,11	5,49
TELEPAR	7,32	7,05

FONTE: Telebrás.

Tabela 18

Potência instalada e densidade nos estados da Região Sul — 1994

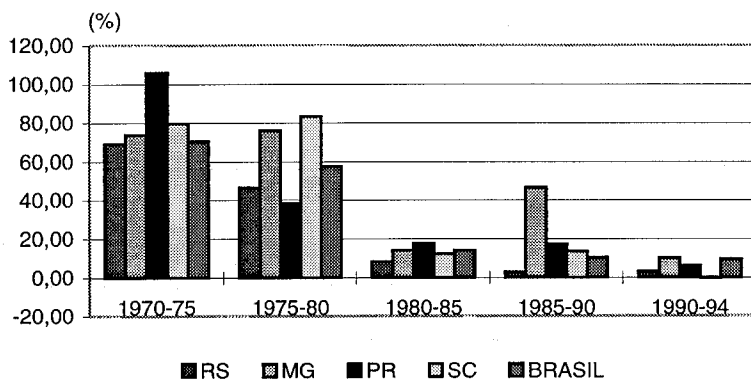
ESTADOS	EMPRESA	POTÊNCIA INSTALADA (Mwh)	TOTAL DO ESTADO (Mwh)	DENSIDADE (1)
RS	CEEE	1 399,90	1 757,90	0,188
	Eletrosul	358,00		
SC	CELESC	75,5	557,5	0,119
	Eletrosul	482		
PR	COPEL	3 344,50	5 726,50	0,667
	Eletrosul	2 382,00		

FONTE: Companhia Estadual de Energia Elétrica do RS (CEEE).

(1) Densidade é igual a Mwh/população (estimativa para 1993) x 1.000.

Gráfico 1

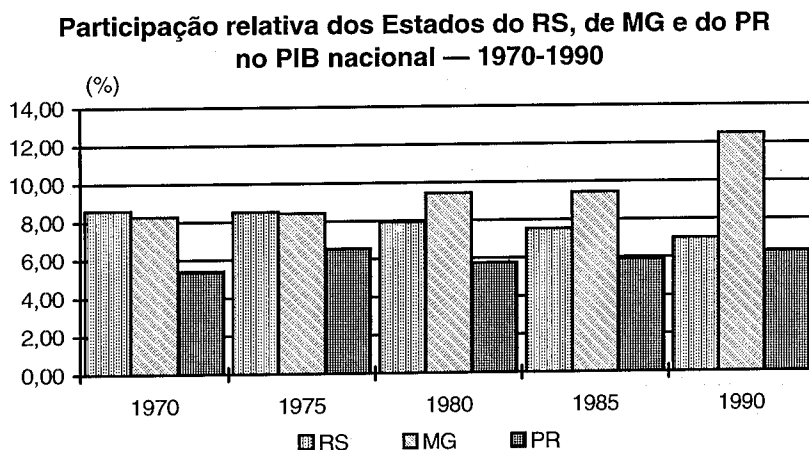
Taxas de crescimento do PIB real — 1970-75 a 1990-94



FONTE: IBGE.

PEE/FGV.

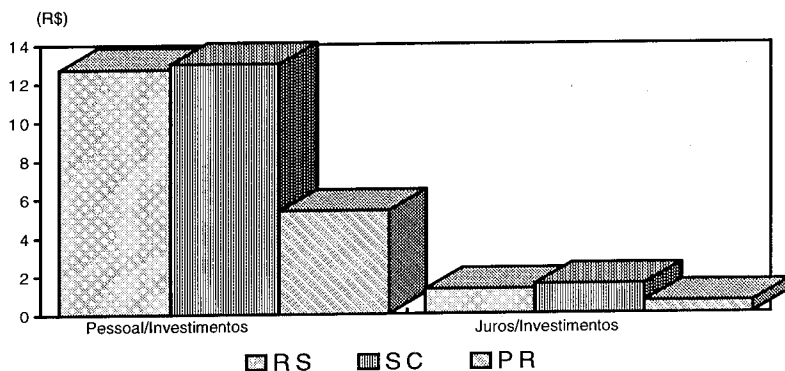
Gráfico 2



FONTE: IBGE.
PEE/FGV.

Gráfico 3

Relações entre as principais despesas e investimentos realizados nos estados da Região Sul — 1990-94



FONTE: Secretarias da Fazenda dos estados da Região Sul.

Bibliografia

- CONTRI, André Luís *et al.* (1995). Desempenho global da economia gaúcha. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.4, p.9-32.
- KASZNAR, I. K. (1990). **Análise da evolução do PIB por estados (1970-90)**. Rio de Janeiro : Programa de Estudos dos Estados da EAP/FGV.
- KASZNAR, I. K. (1995). **Análise da evolução do PIB por estados (1970-94)**. Rio de Janeiro : Programa de Estudos dos Estados da EAP/FGVME-
- NEGHETTI NETO, Alfredo, RÜCKERT, Isabel N. (1994). Avaliação das finanças públicas estaduais - 1970/1991. In: FARIA, Luiz Augusto E., coord. **O estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação imprevidência e crise**. Porto Alegre : FEE.
- SILVA, Antonio Braz de Oliveira *et al.* (1996). **Produto Interno Bruto por unidade da federação**. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.424).